

## **Contexto: Situação direitos humanos na Venezuela durante 2011**

Este relatório analisa a situação de direitos humanos no contexto econômico, social, político e institucional venezuelano, o qual se caracteriza por oportunidades, retrocessos e alguns avanços para a prática y desfrute de todos e todas. Durante o prazo de análise, destacaram a avaliação integral da Venezuela no Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas; estancamento na luta contra a pobreza; consolidação da estratégia eleitoral como mecanismo de ação política democrática; imposição dum marco legal, mas inconstitucional e não democrático pelas forças hegemônicas no poder, procurando impor o Socialismo do Século XXI; o crescente processo de exigibilidade de direitos no povo; avanços no processo de criação dum novo modelo policial respeitoso da dignidade humana; e o lançamento da Grande Missão Vivenda Venezuela como iniciativa para saldar a dívida social na matéria.

## **Aprofunda-se uma política não democrática, o projeto Socialismo do Século XXI**

Desde 2007, quando o Governo propôs mudar a Constituição para criar um marco legal favorável ao propósito de instaurar no país um sistema socialista, nós advertimos que os mecanismos e mudanças tinham aspectos antidemocráticos que agouravam riscos para a conservação duma sociedade plural<sup>1</sup>. A proposta foi rejeitada massivamente pelo povo<sup>2</sup>, no entanto, em contra do desejo do povo e violando a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, o Governo tem continuado impondo seu projeto socialista, criando um marco legal caracterizado por exclusão, centralismo, cooptação das organizações sociais e fechamento de espaços para opiniões críticas à gestão estatal. Dezembro de 2010 representou um momento emblemático para o risco da democracia e a pluralidade. A maioria parlamentar na Assembleia Nacional, formada por deputados e deputadas do partido do Governo, promulgou em lapsos extraordinários e sem maiores consultas mais de 20 leis que mudam inconstitucionalmente a conformação dos poderes públicos e a organização territorial no país. Isto aconteceu nos dois meses prévios à culminação da sua gestão e à renovação dos membros da

---

<sup>1</sup> PROVEA: Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Relatório Anual outubro 2009-setembro 2010. Caracas 2010. Pág. 15.

<sup>2</sup> Em 2007, a proposta de emenda constitucional foi sujeita a referendo e a maioria da povoação votou em contra.

Assembleia com uma significativa representação de partidos de oposição<sup>3</sup>. A este respeito, a associação civil Civilis disse:

*“A pretensão de impor, mediante leis que carecem de legalidade e legitimidade, um estado diferente ao Estado democrático e social de Direito e Justiça, federal descentralizado, embora se queira revestir duma linguagem ‘constitucional’, não deixa de ser uma fraude à Constituição, implica o rompimento com o Estado de direito e põe em risco que a povoação venezuelana veja como impossível a realização de seus direitos à vida, liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, democracia e pluralismo político<sup>4</sup>”.*

Uma das leis aprovadas de forma irregular foi a Lei de Defesa da Soberania Política e Autodeterminação Nacional<sup>5</sup>. Esta normativa criminaliza as organizações para a defesa dos direitos políticos e recepção de cooperação internacional com o argumento de frear a ingerência estrangeira através de ajudas econômicas a organizações da sociedade civil<sup>6</sup>. A lei integra-se na política estatal de impedir a atuação das organizações independentes<sup>7</sup>.

A atitude antidemocrática da Assembleia Nacional cessante fortaleceu-se quando, ao pedido do Presidente Hugo Chávez, promulgou uma lei com a qual o presidente foi habilitado para legislar por 18 meses de forma extraordinária<sup>8</sup>. A Lei Habilitante foi concedida em termos tão amplos que o Presidente ficou com licença para, mediante decretos-leis, emitir normas que limitam os direitos

---

<sup>3</sup> Nas eleições parlamentares de setembro de 2010, a oposição logrou eleger 65 deputados e deputadas, enquanto que as forças políticas pro governo conseguiram 98.

<sup>4</sup> CIVILIS: *Situação dos direitos humanos e a democracia na Venezuela ante recentes medidas legislativas* [em linha] <[HTTP://goo.gl/OjaNA](http://goo.gl/OjaNA)> Consultado em 23.09.11.

<sup>5</sup> Gazeta Oficial N° 6013 Extraordinário de 23/12/10.

<sup>6</sup> Por exemplo, o artigo 6 desta Lei estabelece: “As organizações com fins políticos ou organizações para a defesa dos direitos políticos, que a través dos seus diretores, pessoas interpostas ou anônimos recebam ajudas ou subsídios de pessoas ou organismos estrangeiros, serão sancionadas com uma multa equivalente ao dobro da quantidade recebida, sem prejuízo da aplicação de sanções previstas em outras leis”.

<sup>7</sup> Provea considera são e conveniente que o Estado exerça controles na recepção de financiamentos nacionais e internacionais. De fato, já há controles. Mas isso é diferente a criminalizar a recepção de financiamento e desacreditar as organizações que as recebem, assim como considerar suspeita toda organização que procura e recebe cooperação internacional.

<sup>8</sup> O artigo 203 da CBRV estabelece que as leis habilitantes que autorizam ao Presidente ou Presidenta para emitir normas com força de lei devem estabelecer as diretrizes, propósitos e marco das matérias que lhe são delegadas e definir o prazo do seu exercício.

humanos e tipifica crimes<sup>9</sup>. Como pretexto, usou-se a situação de emergência vivida no país no final de 2010, como consequência das constantes e intensas chuvas a nível nacional. Procurou-se legitimar a medida na opinião do público argumentando que a habilitação era precisa para atender rapidamente às famílias danificadas<sup>10</sup>. Depois de cinco anos de hegemonia parlamentar do partido do governo, se diminuía a capacidade do novo Parlamento, plural pela decisão da soberania popular, para realizar democraticamente suas funções<sup>11</sup>.

A coligação de organizações de direitos humanos Foro pela Vida e a Rede de Organizações de Desenvolvimento Sinergia expressaram em conjunto sua preocupação pelas implicações para os direitos humanos:

*“A Lei Habilitante compromete seriamente os direitos humanos, os quais devem ser respeitados e garantidos pelo Estado, tal e qual o exigem a Constituição e os instrumentos internacionais de direitos humanos. O Poder Legislativo é o que está chamado a regular esses direitos porque oferece condições de pluralismo e deliberação democráticos que o Poder Executivo não poder reunir. A Lei Habilitante abre as portas para a limitação por decreto lei dos direitos humanos em diferentes áreas (...)”*

A Habilitante, no entanto, foi apoiada por organizações sociais e individuais que defendem o processo político conduzido pelo Presidente Chávez. “Como enfrentar uma situação tão complexa com ferramentas normais dum processo de paz, com uma burocracia quinta-colunista e com recursos limitados? Não é possível, depois de 50 anos só se vão ter dado alguns passos, se tinha de legislar de forma extraordinária e o parlamento revolucionário cessava em janeiro, ali vem uma composição na que a presença de 65 deputados de extrema direita, ainda que não seja maioria, poderiam dificultar e alargar a aprovação de leis vitais para superar a crise”<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Gazeta Oficial Extraordinária N° 6.009 de 17.12.10. A Lei permite ao Presidente legislar nas seguintes áreas, entre outras: emergência perante as chuvas; infraestrutura e serviços públicos; vivenda e habitat; ordenamento territorial; financeiro e tributário; segurança jurídica e dos cidadãos; segurança e defesa integral; cooperação internacional; sistema econômico. Ele está permitido de emitir decretos com força de lei orgânica.

<sup>10</sup> A pesar de concordarmos com que a situação de emergência precisava uma resposta pronta das instituições do Estado, essa resposta era possível sem ter de dar faculdades extraordinárias ao Presidente da República.

<sup>11</sup> Até setembro de 2011, tinham sido emitidas 20 leis com a habilitante do Presidente Chávez, entre elas a Lei Especial de Abrigos Dignos para proteger à povoação perante emergências ou desastres; a Lei Orgânica da Força Armada Bolivariana e a Lei Orgânica da Administração financeira do Sector Público. A AN, no entanto, tinha somente aprovado três leis, entre elas a Lei Orgânica contra a Discriminação Racial.

<sup>12</sup> Humberto Gómez García: A Lei Habilitante, instrumento para transformação [em linha] <<http://goo.gl/WBYJX>>.

## O extrativismo continua como modelo de desenvolvimento no país

Entre as mais altas autoridades, incluindo o presidente da República, chama-se de “*Socialismo Petrolero*” o projeto político atualmente promovido desde o palácio presidencial Miraflores<sup>13</sup>. Este conceito mantém a ideia de progresso como crescimento econômico de evolução linear e perpétua, que requer mais eficiência na apropriação dos recursos naturais e cujo debate se intenta diferenciar de projetos do passado na distribuição dos benefícios. No caso venezuelano, como em outros países da região, o motor econômico é a exportação de recursos energéticos, um tipo de atividade econômica primária denominado como “extrativismo”. Diferente do modelo desenvolvido na década dos 90, termo da ofensiva neoliberal, o novo extrativismo progressista dá um papel maior ao Estado e acrescenta a quantidade de recursos energéticos ofertados no mercado mundial com o argumento de que os lucros vão ser destinados aos planos de luta contra a pobreza<sup>14</sup>. Para 2010, existiam 34 pontos extrativos no país que eram operados como empresas mistas<sup>15</sup>, os quais, embora conservem a maioria acionária para o Estado venezuelano, representam uma agressão respeito à nacionalização petrolífera realizada na década dos anos 70.

Na Lei de Orçamento 2011, 27,6% da receita fiscal da Nação provinham da renda petrolífera. No entanto, itens extraordinários que conformam o orçamento paralelo do funcionamento do país, a través de “fundos”, provêm dos excedentes do petróleo<sup>16</sup>.

Segundo a proposta de Lei de Orçamento 2012, ainda não aprovada após a conclusão deste relatório, 29,9% da renda será do petróleo, estimado em 60 dólares barril, mas cotizado atualmente em cima de 100 dólares.

---

<sup>13</sup> “O socialismo tem muitos componentes, tem muitos frentes de batalha. No caso venezuelano, nosso projeto socialista deve estar e ter, em todos os aspectos, o componente petrolero. Socialismo petrolero”. Hugo Chávez: *Dois anos aprofundando o Socialismo Petrolero* [em linha] <<http://www.pdvsa.com/interface.sp/database/fichero/publicacion/4705/530.PDF>>.

<sup>14</sup> Eduardo Gudynas: Dez teses urgentes sob o novo extrativismo. Contextos e demandas do progressismo sul-americano atual [em linha] <<http://transiciones.org/taller2011/introduccion/docs/GudynasExtractivismoSociedadDesarrollo09.pdf>>.

<sup>15</sup> Venezuela: Transnacionais, militarismo e resistências [em linha] <<http://issuu.com/ellibertario/docs/mapa2011>> Consultado em 01.10.11.

<sup>16</sup> Diferença do preço do barril registrado na Lei de Orçamento com seu preço real no mercado. Por exemplo, a Lei de Orçamento 2010 taxava o preço do barril em 40 dólares, mas o preço real no mercado durante esse ano oscilava entre 70 y 80 dólares. Este orçamento paralelo é refratário à apresentação do relatório e à auditoria fiscal do Estado.

Este extrativismo como modelo de desenvolvimento colide com o usufruto dos direitos dos povos indígenas e ambientais. Embora seja ordem constitucional, o processo de demarcação de terra indígena tem só avançado 2,4% numa década, estancamento que se explica em parte pela existência de jazidas minerais e petrolíferas nessas áreas. Igual que em outros países da região, a procura de benefícios econômicos hierarquiza-se por cima de seus impactos sociais e ambientais. Por exemplo, durante o período do presente relatório, indígenas Kariña de Tabascaña, estado Anzoátegui, continuavam exigindo à PDVSA uma solução pela contaminação das suas águas devido a derrames de petróleo e emissão de gases<sup>17</sup>. Por outro lado, a instrumentalização da natureza pospõe a aplicação de políticas para a regeneração e sustentabilidade ambiental. As últimas cifras conhecidas sobre desmatamento estima que está por cima de 2,8% anual, o que quer dizer que se derrubaram 1.300 milhões de hectares anualmente<sup>18</sup>. Venezuela é o maior emissor de dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) por habitante, ocupando o lugar 55 no ranking mundial<sup>19</sup>. Ao contrario de outros países da região, não temos assumido estratégias de mitigação e adaptação ao fenômeno da mudança climática, falta de previsibilidade e planejamento que influíram e poderiam reproduzir fatos como os que aconteceram em dezembro de 2010, quando pelo menos 34 pessoas morreram como consequência das chuvas.

A alta dependência de uma economia rentista petroleira atenta contra o desenvolvimento dum economia diversificada, ecológica, autossuficiente e endógena, o que ao mesmo tempo impede o desfrute de outros direitos, como o de alimentação. Dados do Ministério da Alimentação afirmam que do total de alimentos adquiridos em 2010, 77,9% eram importados.

## **Estanca-se luta contra pobreza e aumentam as expensas militares**

No Relatório anterior, advertimos que se confirmava uma tendência de redução da pobreza<sup>20</sup>, o que era um dos aspectos positivos em matéria de direitos humanos no país. Os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam

---

<sup>17</sup> Argel Fernández: Em Tascabaña têm 3 anos esperando uma fonte de água [em linha] <<http://www.eltiempo.com.ve/locales/zonasur/comunidad/en-tascabana-tienen-3-anos-esperando-una-fuente-de-agua/33146>>.

<sup>18</sup> Juan Linares: A destruição dos bosques na Venezuela [em linha] <<http://www.aporrea.org/actualidad/a102491.html>>.

<sup>19</sup> Honty Gerardo: Mudança climática: negociações e consequências para América Latina [em linha] <<http://www.energiasur.com/taller2011/energia/docs/CambioClimatico-ALat.pdf>>.

<sup>20</sup> PROVEA: Relatório Anual 2009-2010. Pág. 14.

que a luta contra a pobreza ficou estancada. As famílias pobres por renda no primeiro semestre de 2007 representavam 27,5%. Quatro anos depois, no primeiro semestre de 2011, eram 27,4%; mas comparado com 2010 (26,8%) cresceu 0,6%. A pobreza extrema no primeiro semestre de 2007 era 7,6% e para esse mesmo semestre em 2011 era 7,3%; isto quer dizer que se reduziu 0,3%, mas comparado com 2010 (7,1%) cresceu 0,2%<sup>21</sup>. Analisando as famílias pobres por necessidades básicas insatisfeitas, pode-se constatar uma tendência similar: em quatro anos baixou a percentagem das famílias pobres em 2,1% e a pobreza extrema em 1,6%. É importante destacar que este estancamento aconteceu antes que o governo reconhecesse a crise econômica e num termo no qual o país tinha recebido altas rendas petrolíferas<sup>22</sup>. Analisando as famílias pobres por renda por estados no país, encontramos que a pobreza teve um ligeiro ou intenso aumento em 17 dos 23 estados, comparando cifras do primeiro semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2011. Também aumentou no Distrito Capital. Positivamente, a pobreza baixou ligeira ou intensamente nos estados Aragua, Barinas, Bolívar, Carabobo, Táchira e Zulia nesse mesmo lapso de quatro anos.

O estancamento da luta contra a pobreza, analisada não por famílias, mas por pessoas, tem resultados parecidos. Enquanto no primeiro semestre de 2007 havia no país um total de 8.717.639 pessoas vivendo em condição de pobreza, segundo dados do INE, para o primeiro semestre de 2011 essa cifra cresceu a 9.365.895. Comparando os anos 2010 e 2011, pode-se constatar um ligeiro aumento<sup>23</sup>.

A paralisação da luta contra a pobreza tem impactos negativos tanto na qualidade de vida das pessoas quanto no desfrute de direitos específicos. Um exemplo é o direito a um emprego digno. A luta contra o desemprego também se estancou. No primeiro semestre de 2007, o desemprego era de 9,2%, equivalente a 1.125.599 pessoas. Quatro anos depois, no primeiro semestre de 2011, era de

---

<sup>21</sup> As cifras são mais negativas se tomam dados do Sistema Integrado de Indicadores Sociais da Venezuela (SISOV). Segundo esta fonte oficial, as famílias pobres no segundo semestre de 2007 eram 28,5% e para o segundo semestre de 2010 era 32,5%, é dizer que aumentou 4%. A pobreza extrema, por outro lado, para o segundo semestre de 2007 era 7,9% e para o segundo semestre de 2010 era 8,6%.

<sup>22</sup> Desde 2007, os preços do petróleo se mantinham por cima de 50 dólares. Em 2009, segundo cifras oficiais, o preço médio anual foi \$57,1; em 2010 foi \$71,97 e para o primeiro semestre de 2011 foi \$92,05.

<sup>23</sup> Segundo cifras do INE. Para o primeiro semestre de 2010 havia um total de 9.036.516 pessoas em condição de pobreza e um ano depois aumentou a 9.365.825. Isto quer dizer que nesse termo 325.265 pessoas entraram na linha de pobreza.

8,8%, equivalente a 1.157.672 pessoas<sup>24</sup>. Isto quer dizer que em quatro anos, com altos preços do petróleo, o desemprego baixou apenas 0,4%. Diferentes estudos estatísticos mostram uma grande sensibilidade pelo desemprego, especialmente nos sectores pobres. A pesquisa “Valorizações sociais na Venezuela,” feita pelo Centro Gumilla em abril de 2011, constatou que o emprego era a primeira necessidade pessoal e familiar nos sectores C, D e E com 40,5% das respostas, seguido por insegurança (29,9%) e saúde (22,6%)<sup>25</sup>. Por outro lado, a pesquisa “Estrutura Social do Gosto: Uma aproximação para caracterizar os gostos da povoação venezuelana”, realizada pelo Grupo de Investigación Século XXI em outubro 2011, colocou o desemprego e a falta de trabalho como o “aspecto da vida que faz à gente mais infeliz”, com 19%. Depois vinham as carências materiais (17%) e problemas familiares (10%)<sup>26</sup>.

No relatório para o Exame Periódico Universal (EPU), o Estado venezuelano apresentou cifras sobre pobreza que mostram uma realidade, mas escondem outra: “Os avanços do Estado venezuelano na matéria têm sido diminuição do número de famílias em pobreza extrema, as quais passaram de 21% em 1998 a 7,1% em 2010, segundo estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)”<sup>27</sup>. Embora um dos avanços importantes em matéria de direitos humanos seja a redução de pobreza, também é preciso advertir, como já fizemos no relatório anterior e ratificamos nesta oportunidade a partir de cifras oficiais, que a luta contra a pobreza tem-se estancado desde 2007. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também tem mostrado uma ligeira regressão em alguns dos indicadores sociais do país. Para a revisão do ano 2011, Venezuela ocupou o lugar 73 de 187 países, enquanto em 2009 ocupou o lugar 58, depois de ter ocupado o lugar 74<sup>28</sup> em 2007-2008.

Este estancamento torna-se pior devido a que desde 2007, segundo cifras do

---

<sup>24</sup> Em 2004, o Governo criou a Missão Vuelvan Caras, prometendo reduzir o desemprego de 16,6% nesse momento a 5% para dezembro desse mesmo ano. No entanto, só foi possível reduzir a 13,9%. Para 2005, o desemprego foi 11,4%. Para 2006, foi de 9,3%. Para 2007, de 7,5%. Para 2008 o desemprego foi 6,9%. Em 2009 teve um ligeiro aumento a 8,1%. Em 2010 aumentou outra vez ligeiramente a 8,5%. Para o primeiro semestre de 2011, segundo cifras do INE, foi de 8,8%, subindo outra vez. A promessa de levar o desemprego a 5% nunca foi cumprida e sete anos depois está longe de ser cumprida.

<sup>25</sup> Luís Salamanca: *Apesar de tudo, o otimismo se transborda* [em linha] <<http://www.gumilla.org/?p=article&id=13172563125559&entid=article>> Consulta de 01.11.11.

<sup>26</sup> Grupo de Investigación Século XXI: *Estrutura Social do Gosto: Uma aproximação para caracterizar os gostos da povoação venezuelana* [em linha] <<http://www.gisxxi.org/wp-content/uploads/2011/11Estructura-social-del-gusto.pdf>>.

<sup>27</sup> Relatório apresentado pelo Estado venezuelano ao Grupo de Trabalho sob o Exame Periódico Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em 19.07.11.

<sup>28</sup> PNUD: Relatórios sobre Desenvolvimento Humano [em linha] <<http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh2011>>.

Sistema Integrado de Indicadores Sociais da Venezuela (SISOV), a maioria das políticas sociais tem experimentado uma diminuição da inversão como porcentagem do PIB. A inversão pública alcançou o zênite em 2006 (6,8% do PIB) e em 2010 era a menor da década (3,4%). Em matéria de saúde, as cifras de 2007 foram as mais altas da década, quando alcançou 4,47% do PIB; enquanto que em 2010 foram de 2,48%. Em matéria de vivenda, setor qualificado como “problema do Estado”, 2006 foi o ano de maior inversão, com 3,84%; depois, a inversão tem decrescido até alcançar 1,38% em 2010. Inclusive no setor educação, no qual destacamos em relatórios anteriores a importante contribuição orçamental, em 2010 registrou-se a menor inversão dos últimos dez anos, com 4,77%. O único indicador que se tem mantido estável desde 2006 é em matéria de segurança social, o qual foi de 4,94%<sup>29</sup> em 2010.

Em contraposição, tem-se experimentado um aumento no gasto destinado tanto às Forças Armadas quanto às compras de armamento. Segundo a Lei de Orçamento 2011, o Ministério da Defesa foi a oitava instituição que recebeu mais recursos, tendo na frente só quatro dependências responsáveis de políticas sociais: Educação, Saúde, Segurança Social e Educação Superior. As demais instituições com políticas sociais receberam menos recursos. A maior defasagem é do Ministério do Poder Popular para a Mulher e Igualdade de Genro (33,2 vezes menos) e o Ministério do Poder Popular para Povos Indígenas (70 vezes menos). Analisando a proposta de Lei de Orçamento 2012, confirma-se que esta tendência não só continua, mas se agrava. Para o novo exercício econômico, o Ministério do Poder Popular para a Defesa poderia dobrar seu orçamento, obtendo Bs. 21.299.025.105. Assim, a instituição militar localiza-se no quarto lugar entre as que iam receber inversão orçamental. As diferenças com ministérios como Mulher e Indígenas aumentam. O Ministério do Poder Popular para a Mulher e Igualdade de Genro receberia 53,9 vezes menos do que os militares, enquanto o Ministério Indígena receberia 113,8 vezes menos do que a Força Armada<sup>30</sup>.

Por outro lado, em 11.08.11, o Presidente Chávez informou que destinaria 4 bilhões de dólares<sup>31</sup> para “o equipamento e treinamento” do componente militar, a través duma negociação creditícia com a Rússia<sup>32</sup>. Nos últimos dez anos,

---

<sup>29</sup> SISOV: Indicadores [em linha] <<http://www.sisov.mdp.gob.ve/indicadores/>>. Consulta de 01.10.11.

<sup>30</sup> Assembleia Nacional: Projeto de Lei de Orçamento 2012 [em linha] <[http://www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=3600&Itemid=185&lang=es](http://www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3600&Itemid=185&lang=es)>.

<sup>31</sup> CORREIO DO ORINOCO: Venezuela receberá crédito russo por US\$ 4 bilhões para cooperação técnica militar [em linha] <http://correodelorinoco.gob.ve/economia/venezuela-recibira-credito-ruso-por-us-4-mil-millones-para-cooperacion-tecnica-militar/> 06.10.2011.

<sup>32</sup> Agência Venezuelana de Notícias: *Venezuela administra crédito com a Rússia para equipar e treinar a FANB* [em linha] <<http://www.avn.info.ve/node/72108>> Consulta em 05.11.11.

Venezuela tem comprado à Federação Russa armamento por 2.068 milhões de dólares; 89,6% do total que este país tem vendido à América Latina<sup>33</sup>. Durante 2010, Venezuela foi o principal comprador de armamento espanhol, adquirindo 1,6 milhões de euros em equipe antidistúrbio –incluindo gás lacrimogêneo- e 212 milhões de euros em dois navios de vigilância e munição sem carga para navios<sup>34</sup>. Em 2012, se tem planejado abrir uma fábrica de AK 103 - uma variedade do AK 47- na cidade de Maracay, como parte do acordo depois da compra de 100 mil Kalashnikov em 2005 ao governo russo<sup>35</sup>. Esta seria a primeira fábrica de AK na América Latina.

### **EPU: Uma oportunidade desperdiçada para o diálogo**

Em 2011, Venezuela teria sua primeira experiência de revisão integral em matéria de direitos humanos a cargo do CDH das Nações Unidas (ONU)<sup>36</sup>. Esse mecanismo, mediante o qual são avaliados todos os Estados membros da ONU, é concebido como uma situação que permite aos países debater e analisar as obrigações que tem o Estado para satisfazer os direitos das pessoas na sua jurisdição<sup>37</sup>. A partir da avaliação, deverá definir políticas e medidas que permitam fortalecer a capacidade do Estado para satisfazer os direitos e superar o déficit existente. Era uma grande oportunidade para ter desenvolvido um amplo debate nacional onde funcionários e funcionárias do Estado e a sociedade civil pudessem trocar ideias e opiniões, assim como encontrar juntos os métodos adequados para melhorar a situação de direitos humanos no país.

Há muitos anos, organizações de direitos humanos têm insistido na necessidade de estabelecer níveis de cooperação entre o Estado e a sociedade civil para criar políticas em benefício da vigência dos direitos humanos. A este propósito,

---

<sup>33</sup> Rafael Uzcátegui: Desarmar o discurso, desarmar o Estado. Em SIC, edição 739, novembro 2011.

<sup>34</sup> Ministério de Indústria e Comércio e Turismo da Espanha: Estatísticas espanholas de exportação de material de defesa, de outro material e de produtos e tecnologias de uso duplo, ano 2010 [em linha] <<http://www.comercio.mityc.es/es-ES/comercio-externo/informacion-sectorial/material-de-defensa-y-de-doble-uso/PDF/publicaciones/INFORMEESTAD%C3%8DSTICAS20106.6.11.pdf>>.

<sup>35</sup> Europa Press: Venezuela produzirá em 2012 fuzis de assalto Kalashnikov AK-103 com o apoio da Rússia [e, linha] <<http://www.europapress.es/latam/venezuela/noticia-venezuela-producira--2012-fusiles-asalto-kalashnikov-ak-103-apoyo-rusia-20110916221891.html>>.

<sup>36</sup> Para consultar um número importante de relatórios apresentados pelas organizações da sociedade civil independente e o Relatório do Estado [em linha] <<http://goo.gl/8sUo4>>.

<sup>37</sup> O Conselho de Direitos Humanos chama aos Estados a garantir que o processo decorra com a participação ativa de todos os interessados, incluindo as organizações da sociedade civil.

as organizações têm apresentado propostas políticas e medidas<sup>38</sup>. A atitude do Executivo Nacional e outros Poderes Públicos tem-se caracterizado por não abrir espaços para o diálogo. A conjuntura do EPU era uma oportunidade para retificar e criar canais de cooperação.

No entanto, o sectarismo com o qual o governo moveu o processo impediu uma aproximação e trabalho em conjunto com uma parte da sociedade civil que tem uma ampla experiência em temas de direitos humanos e desenvolvimento. O governo assumiu o processo como uma batalha para vencer “às ONGs pagadas pelo império”. “A verdade vai destruí-los, vai cair em cima de vocês”<sup>39</sup>; com um enfoque totalmente desviado do espírito do processo nessa instancia internacional, onde prevalecem o diálogo e o respeito entre os e as participantes. Antepondo a desqualificação, o governo venezuelano menosprezou o trabalho de centos de organizações sociais que têm a vontade de oferecer suas contribuições e conhecimento à causa dos direitos humanos.

Com tudo, avaliamos como positivo que o governo tinha aceitado o mecanismo do CDH. Diferente aos organismos internacionais de proteção de direitos humanos, é um resultado positivo para a luta e defesa dos direitos humanos que ele tenha assumido compromissos precisos sobre os quais terá de informar dentro de quatro anos. É também positivo o fato que o estado tenha aceitado 95 recomendações e assumido 10 compromissos que o responsabilizam a criar políticas para transformar essas recomendações e compromissos em impactos positivos para a vigência de direitos humanos no país<sup>40</sup>.

Essa atitude positiva ante o CDH opõe-se à desqualificação constante contra instancias do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Mais uma vez, durante o prazo de análise, qualificou-se à Comissão Interamericana (CIDH) e à Corte Interamericana (Corte IDH) de órgãos “ao serviço do império”<sup>41</sup>. A atitude do governo não se limita a questionar e mesmo insultar os membros das duas instituições, ainda mantém uma conduta de não cumprir as ordens da Corte e suas medidas provisionais, assim como as recomendações da Comissão

---

<sup>38</sup> Em 2008, a coalizão de organizações de direitos humanos Foro pela Vida fez e difundir a “Agenda pela Democracia e Direitos Humanos por uma vida digna para todos e todas”, com 104 propostas para melhorar a situação de direitos humanos no país.

<sup>39</sup> Agência Venezuelana de Noticias: *Maduro na ONU: Vamos derrotar com a verdade às ONGs financiadas pelo império* [em linha] <<http://www.avn.info.ve/node80959>> Consultado em 08.10.11.

<sup>40</sup> Organização das Nações Unidas. Assembleia General. Conselho de Direitos Humanos. Projeto de Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Exame Periódico Universal. 11.10.11 [em linha] <<http://goo.gl/t13ya>>

<sup>41</sup> MINISTÉRIO DO PODER POPULAR PARA A COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO: *Governo Bolivariano rejeita ataque da CIDH contra a democracia venezuelana* [em linha] <<http://goo.gl/A9C1Q>> Consultado em 26.09.11.

e suas medidas preventivas<sup>42</sup>. Insistimos em que a campanha contra os órgãos de proteção dos direitos humanos não prejudica a uma pessoa ou uma organização particular, mas às vítimas de violações de seus direitos, independentemente de sua idade, condição social ou motivação política, e alheiam as possibilidades de garantir a verdade, justiça e reparação.

### **A agitação no país se mantém e se complica**

Uma das características da denominada “*revolução bolivariana*” tem sido a criação de grandes expectativas nos setores populares. “*O povo espera muito do Estado e ele tem-se obrigado constitucional e politicamente -como nunca antes- a corresponder essas expectativas. Portanto, a capacidade da administração estatal para dar resposta a tantas esperanças é a chave. Não cumprir com essas expectativas pode criar irritação, descontento social e realinhamento político*”<sup>43</sup>. A ausência de respostas do Executivo Nacional às demandas da cidadania tem causado a tendência, sustentada nos últimos anos, dum aumento progressivo de manifestações pacíficas no país. No lapso correspondente ao presente Relatório, fez-se uma média de 14,4 protestos ao dia, o maior número de toda a administração do Presidente Chávez<sup>44</sup>. Como uma constante desde 1958, os protestos para exigir direitos sociais são a principal razão para a mobilização, ocupando durante o termo 61% do total das ações de exigibilidade de direitos<sup>45</sup>. No relatório anterior, Provea alertou sobre indícios de possível radicalização do protesto social, tendência que se tem mantido no presente período, quando se fizeram 139 greves de fome no país. Algumas delas estiveram acompanhadas por ações desesperadas como que os manifestantes cosessem seus lábios<sup>46</sup>.

A falta de concretização de expectativas criadas por um discurso sobre garantia de direitos sociais tem gerado uma situação de indignação generalizada e dispersa, com poucos elementos correlativos e sincronias nos partidos políticos e até agora dividida em reivindicações concretas e por partes. No entanto, se registraram iniciativas que mostram um nascente trabalho conjunto baseado em

---

<sup>42</sup> Entre as sentenças não cumpridas completamente pelo Estado estão as do Retém de Catia e Desaparecidos de Vargas. Outras cinco sentenças estão igualmente em completo descumprimento. Nas sentenças El Caracazo e Massacre de El Amparo só se têm pagado as indenizações e falta ainda a pesquisa e sanção aos responsáveis.

<sup>43</sup> Luis Salamanca: *A pesar de tudo...* op.cit. [em linha] <<http://gumilla.org/?p=article&id=13172563125559&entid=article>> Consultado em 01.11.11.

<sup>44</sup> De outubro 2010 até setembro 2011 se registraram 4,553 manifestações em todo o país.

<sup>45</sup> Diferentes estudos sobre a agitação social e protesto na Venezuela indicam que desde 1958 as lutas pelos direitos sociais prevaleceram, aspecto que se aprofundou nos últimos quatro anos.

<sup>46</sup> Ver neste relatório o capítulo Direito à manifestação Pacífica.

problemas comuns e esgotamento da lógica de polarização entre os seguidores do governo e a oposição. Durante o período se fizeram sete greves cívicas contra a insegurança cidadã. Além disso, a plataforma sindical Frente Autônomo de Defesa do Emprego, Salário e Sindicato (FADESS) fez uma jornada de protesto nacional no dia 20 de outubro, na qual se coordenaram ações pelos direitos laborais em diferentes cidades do país. Fica ainda a pergunta sobre se as eleições de 2012 vão frear ou catalisar o processo de recuperação de autonomia dos movimentos sociais na luta por seus direitos.

Como aspecto positivo, temos que destacar a promulgação das “Normas sobre atuação dos corpos de polícia” em seus diferentes âmbitos político territoriais para garantir a ordem pública, paz social e convivência de cidadãos em reuniões públicas e manifestações. Este é um avanço na configuração duma política pública democrática de controlo da ordem pública respeitando os direitos humanos, o que possivelmente incidiu na diminuição da quantidade de protestos reprimidos durante o período, quando se contaram 134 casos. Porém, é preciso dizer que esta redução também se explica na adoção, por parte de manifestantes, de estratégias de mobilização que diminuem a possibilidade de confrontação com as autoridades. Concentrações representaram a ação de protesto mais usada no país, seguida por bloqueios de ruas e greves de trabalhadoras e trabalhadores.

Mantém-se o processo de criminalização do protesto social na Venezuela, cujo caso emblemático durante o período foi o do sindicalista Rubén González<sup>47</sup>, detido durante 14 meses por apoiar uma greve na companhia Ferrominera. À data de elaboração deste relatório, o líder sindical era objeto dum novo processo de fustigação que incluía a acusação de ser o planejador responsável pela morte do trabalhador Renny Rojas, assim como uma suposta qualificação de demissão contra ele, atentado contra a liberdade sindical e a intenção de coibir seu direito a ser reeleito em seu sindicato. Além das normas existentes que obstaculizam o exercício do protesto pacífico, tem-se de adicionar a este processo de criminalização a aprovação em primeira discussão pela Assembleia Nacional da Lei Orgânica contra a Criminalidade Organizada, que estabelece uma definição polêmica<sup>48</sup> do ato terrorista com um potencial uso discricionário contra os críticos da ação do governo.

---

<sup>47</sup> Mais informação sobre o caso de Rubén González no capítulo Direitos Laborais do presente relatório.

<sup>48</sup> “Relativo a uma conduta individual ou associativa, de ação ou omissão, destinada a subverter a ordem constitucional ou institucional de um país, alterar gravemente a paz pública ou intimidar uma povoação, ou obrigar um governo ou organização internacional a fazer um ato ou a abster-se de fazê-lo.” AN: Exposição de motivos da Lei de Reforma da Lei Orgânica contra a Delinquência Organizada [em linha] <[http://www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3624&tmpl=component&format=raw&Itemid=185&lang=es](http://www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3624&tmpl=component&format=raw&Itemid=185&lang=es)>

## **Atores políticos acordam a via eleitoral para resolverem diferenças democraticamente**

Diferente da situação atual entre 2002 e 2004, desde o ano passado Provea tem observado que atores políticos no país têm apoiado a via democrática de participação em eleições para achar soluções de maneira pacífica e institucional. Com a convocação para as eleições presidenciais para outubro de 2012, as diferentes organizações político partidárias têm reconhecido a legitimidade do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) como árbitro dos sufrágios, o que parece indicar que ficou atrás a estratégia insurrecional e golpista que um setor da oposição apoiou em algum momento. Neste contexto, no entanto, a opção que vai promover a reeleição do Presidente Chávez tem a vantagem do uso discricionário dos dinheiros públicos e a instrumentação de políticas sociais para assegurar o apoio político. Como diz a historiadora Margarita Lopez Maya, *“vem-se adiantando também a morfologia social popular e sua filiação ao Estado, mais precisamente ao Presidente. Esta morfologia serve como braço administrador de políticas públicas, canal de distribuição de recursos fiscais e instrumento para a mobilização eleitoral favorável ao Presidente”*<sup>49</sup>. Uma mostra dos limites difusos entre o partido do governo e o Estado revela-se no anúncio do lançamento da “Missão 7 de Outubro”, mediante a qual o presidente espera alcançar 10 milhões de votos<sup>50</sup>, usando o adjetivo que diferencia as políticas sociais feitas pelo governo nos últimos anos. A falta de limite entre as organizações comunitárias e o Estado é assumida pelas iniciativas que apoiam ao Presidente Chávez: *“O Polo Patriótico<sup>51</sup> vai dar prioridade à construção do Poder Popular (conselhos comunais, comunas, conselhos de trabalhadores, conselhos estudantis) e toda expressão organizativa do povo e o Estado Comunal”*<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> Margarita Lopez Maya: O populismo venezuelano e suas tendências atuais [em linha] <<http://www.innovaven.org/quepasa/polopi17.pdf>>

<sup>50</sup> Periódico Proceso: *Com a unidade popular, agora o Polo Patriótico sim vai, pela defesa e aprofundamento da revolução bolivariana* [em linha] <[http://www.periodicoproceso.com.ve/index.php?option=com\\_content&view=article&id=335:gcon-la-unidad-popular-ahora-el-polo-patriotico-si-va-por-la-defensa-y-profundizacion-de-la-revolucion-bolivarianaq-por-equipo-proceso](http://www.periodicoproceso.com.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=335:gcon-la-unidad-popular-ahora-el-polo-patriotico-si-va-por-la-defensa-y-profundizacion-de-la-revolucion-bolivarianaq-por-equipo-proceso)>

<sup>51</sup> Polo Patriótico é a denominação oficial das organizações que apoiam a reeleição do Presidente Chávez e é de fato dirigido pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

<sup>52</sup> Periódico Proceso: *Com a unidade popular, agora o Polo Patriótico sim vai pela defesa e aprofundamento da revolução bolivariana* [em linha] <[http://www.periodicoproceso.com.ve/index.php?option=com\\_content&view=article&id=335:gcon-la-unidad-popular-ahora-el-polo-patriotico-si-va-por-la-defensa-y-profundizacion-de-la-revolucion-bolivarianaq-por-equipo-proceso](http://www.periodicoproceso.com.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=335:gcon-la-unidad-popular-ahora-el-polo-patriotico-si-va-por-la-defensa-y-profundizacion-de-la-revolucion-bolivarianaq-por-equipo-proceso)>

Independentemente dos resultados de outubro de 2012, Provea vai pedir ao governo eleito a continuação e melhora das políticas sociais destinadas aos setores populares e à elaboração dum Plano Nacional de Direitos Humanos que definam políticas e medidas de curto, médio e longo prazo para melhorar a situação dos direitos humanos no país e consolidar a democracia.

### **Indícios de avanços contra a impunidade e prevenção de violações de direitos humanos**

Os altos níveis de impunidade que existem no país, denunciados repetidamente pelas organizações de direitos humanos e parcialmente reconhecidos por representantes dos Poderes Públicos, favorecem a repetição de atuações arbitrárias e ilegais por parte de funcionários e funcionárias do Estado.

Há quatro anos, apresentando seu Relatório Anual à AN, falando sobre impunidade, a Procuradora-Geral Luisa Ortega Díaz disse:

*“É um problema que, na realidade, é grave e pode sê-lo ainda mais se é amplificado e manipulado. A este respeito, a questão tem sido usada em dois níveis: o objetivo, constituído por índices mais ou menos reais do fenómeno, e o subjetivo, constituído por construções mediáticas, feitas por fatores de poder que procuram a desestabilização, crise, ingovernabilidade e enfraquecer as instituições para aumentar uma suposta fragilidade, onde o alvo é sempre a Presidência da República.”*

*“A estratégia não se tem detido. Segue-se usando a impunidade como arma de combate. Insegurança e impunidade seguem sendo bandeiras numa luta para desestabilizar o Estado. E na verdade, são duas situações onde a responsabilidade do Estado é competência de várias de suas instituições. Segurança cidadã, cárceres, processados, condenados e atraso processual na justiça têm relação com o Executivo Nacional, com governadores, prefeitos, policia, corpos de investigação criminal e, de alguma maneira, todos eles –por razões de Estado- estão estreitamente vinculados ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, ao Poder Judicial e ao Poder Cidadão.<sup>53</sup>”*

Além da maneira parcial como a Procuradora-Geral trata o problema da impunidade, o importante é que ela reconhece que o fenómeno existe. Quatro

---

<sup>53</sup> MINISTERIO PÚBLICO: Seis anos construindo outro Ministerio Público. Discurso da Procuradora-Geral na AN [em linha] <<http://bit.ly/sAgAsT>> 09.08.07.

anos depois, a situação não tem mudado significativamente. No entanto, com a administração da Procuradora Ortega Díaz tem-se feito alguns esforços sérios na luta contra a impunidade, especialmente em casos vinculados com os direitos humanos. Entre eles, a criação e consolidação progressiva da Unidade Criminalística Contra a Vulneração dos Direitos Fundamentais; e os avanços na investigação de graves violações aos direitos humanos acontecidos na década dos anos 80, particularmente nos casos das massacres de Cantaura e Yumare<sup>54</sup>. Durante o presente lapso avaliado, vários funcionários policiais foram imputados por estar alegadamente envolvidos em execuções durante os anos 2009, 2010 e 2011<sup>55</sup>. Reconhecemos uma adequada atuação do Ministério Público no caso das mortes causadas alegadamente por tortura nas masmorras da sede da Polícia de Investigação Criminal (CICPC) em El Rosal, Caracas<sup>56</sup>.

A Assembleia Nacional, entanto, promulgou a Lei para Sancionar Crimes e Desaparições, Torturas e outras Violações de Direitos Humanos por Razões Políticas no período 1958-1998. A investigação e sanção de violações que aconteceram no passado é uma dívida com os familiares das vítimas e sobreviventes, razão pela qual achamos que a lei é positiva. Achamos que a luta contra a impunidade no passado tem de servir para avançar na luta contra a impunidade das violações dos direitos humanos depois de 1998. Relatórios de organizações não governamentais que defendem os direitos humanos, do Procurador-Geral e a Defensoria do Povo confirmam que depois de 1998 tem acontecido um número importante de violações graves aos direitos humanos: torturas, desaparecimentos forçados e execuções, entre outras<sup>57</sup>.

Por outro lado, o Executivo Nacional continuou avançando no processo de consolidar um novo modelo policial onde o respeito aos direitos humanos seja o eixo de todo o processo. Por ocasião de EPU, o Estado venezuelano expressou em seu relatório:

---

<sup>54</sup> Ainda quando a massacre de El Amparo aconteceu nessa mesma época, o Ministério Público mostra pouca vontade política para investigá-la. É possível que isso passe porque poderiam estar implicados alguns funcionários que ocupam ou ocuparam recentemente cargos na estrutura do Estado. Por outro lado, Provea solicitou retirar a imunidade parlamentar ao deputado Roger Cordero Lara (PSUV) por sua participação confessa nos fatos.

<sup>55</sup> Fazendo seguimento à página web do Ministério Público, pôde-se comprovar a atuação relativamente rápida na investigação de vários casos onde aparecem envolvidos funcionários policiais e militares em violações ao direito à vida.

<sup>56</sup> O dia 26.03.11, três pessoas morreram nas masmorras desse corpo policial. Testemunhas declararam que essas pessoas foram torturadas até morrer. Rapidamente, o Ministério Público efetuou as investigações e imputou quatro funcionários e um patologista que alegadamente alterou os resultados da autópsia.

<sup>57</sup> Em 2007, no seu relatório à AN, a Procuradora-Geral reconheceu que entre 2000 e fevereiro de 2007, o Ministério Público registrou no país 6,068 casos dos chamados “enfrentamentos ou execuções”, é dizer, quase mil execuções por ano.

*“Nesse propósito, criou-se em 2006 a Comissão Nacional para a Reforma Policial (Conarepol), que procurava construir um novo modelo policial que se adequara às normas constitucionais, aos princípios internacionais sobre proteção dos direitos humanos e às exigências de integração e prestação equitativa dum serviço de polícia.”*

*“O trabalho árduo e científico realizado pela Conarepol conduziu a um diagnóstico rigoroso das características das polícias; à análise de pesquisas de vitimização; a uma consulta pública sobre as demandas da comunidade nessa questão e a um conjunto de recomendações. Isso resultou, em 2009, na Lei Orgânica do Serviço de Polícia Nacional Bolivariana e no Código de Conduta para os funcionários civis ou militares que desempenham funções policiais no âmbito nacional, estatal e municipal.<sup>58</sup>”*

Até agora, o avanço com o processo de reforma policial mostra que há razões para sermos otimistas, enquanto que progressivamente se vão reduzir as violações de direitos humanos feitas por funcionários e funcionárias públicas e, quando eles aconteçam, existam mais possibilidades de investigação e sanção.

---

<sup>58</sup> Este Relatório do Estado pode ser consultado no link <<http://bit.ly/ozuYkN>>